

# **Decreto nº 49/2008**

# APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sr. Evandro Antonio Razzo, Prefeito do Município de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por Leis, em especial o que dispõe o artigo 76 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Publicada em 08 de agosto de 2008

# Art. 1°.

Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal Antidrogas.

#### Art. 2°.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## **REGIMENTO INTERNO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS**

## Capítulo I -

## DA NATUREZA E DA FINALIDADE

# Art. 1°. -

O Conselho Municipal Antidrogas - COMAD de Jardim-MS tem por fim dedicar-se inteiramente à CAUSA ANTIDROGAS, cumprindo-lhe integrar, estimular e coordenar a participação de todos os segmentos sociais do município, de modo a assegurar a máxima eficácia das ações a serem desenvolvidas no âmbito da redução e prevenção da demanda do uso indevido de drogas.

## § 1° -

Ao COMAD caberá atuar como órgão coordenador das atividades municipais referentes à redução e prevenção da demanda de drogas.

## § 2° -

O COMAD deverá avaliar, periodicamente, a conjuntura municipal, mantendo atualizados o Prefeito e à Câmara Municipal, quanto ao resultado de suas ações.

# § 3° -

Com a finalidade de contribuir para o aprimoramento dos Sistemas Nacional e Estadual Antidrogas, o COMAD, por meio da remessa de relatórios periódicos, deverá manter a Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD, e o Conselho Estadual Antidrogas - CONEN, permanentemente informados sobre os aspectos de

interesse relacionados à sua atuação.

#### § 4° -

À luz da Lei Municipal n° 1302 de 26 de abril de 2007, inerente à criação do COMAD e para fins do presente Instrumento, considera-se:

1 -

redução de demanda como o conjunto de ações relacionadas à prevenção do uso de drogas, ao tratamento, à recuperação e à reinserção social dos indivíduos que apresentem transtornos decorrentes do uso indevido de drogas.

#### 11 -

droga como toda substância natural ou produto químico que, em contato com o organismo humano, atue como depressor, estimulante, ou perturbador, alterando o funcionamento do sistema nervoso central, provocando mudanças no humor, na cognição e no comportamento podendo causar dependência química. Podem ser classificadas em ilícitas e lícitas, destacando-se, dentre essas últimas, o álcool, o tabaco e os medicamentos;

#### III -

drogas ilícitas aquelas assim especificadas em Lei Nacional e tratados internacionais firmados pelo Brasil, e outras, relacionadas periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde, informada a Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD e o Ministério da Justiça - MJ;

## Capítulo II -

## DOS OBJETIVOS

#### Art. 2°. -

O COMAD, no âmbito estrito da sua competência, atinente à redução e prevenção da demanda de drogas, tem por objetivos:

I -

instituir o Programa Municipal Antidrogas - PROMAD e conduzir sua aplicação;

# II -

propor a instituição do REMAD - Recursos Municipais Antidrogas, assegurando, quanto à gestão, o acompanhamento e a sua avaliação, assim como, no tocante à destinação e emprego dos recursos, a devida aprovação e fiscalização;

#### III -

elaborar a proposta orçamentária anual inerente ao REMAD; e

#### IV .

acompanhar o desenvolvimento das ações de fiscalização e repressão, executadas pelo Estado e pela União.

#### Parágrafo único. -

Caberá ao COMAD desenvolver o PROMAD, por meio da coordenação das atividades de todas as instituições e entidades municipais, responsáveis pelo desenvolvimento das ações mencionadas no presente artigo, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município e dispostas a cooperar com o esforço municipal.

## Capítulo III -

DA ORGANIZAÇÃO

## Seção I -

DA COMPOSIÇÃO

## Art. 3°. -

O COMAD tem a seguinte composição:

a) - Representantes da Prefeitura:

1 -

Gerência Municipal de Saúde

2 -

Gerência Municipal de Assistência Social

З.

Gerência Municipal de Educação

4 -

Poder Legislativo - Câmara Municipal

b) -

Representantes da Sociedade Organizada

- 1 Representante do Poder Judiciário
- 2 Ministério Público
- 3 Polícia Civil
- 4 Polícia Militar
- **5** OAB
- 6 Clubes de Serviço
- **7 -** ONGs

Seção II -DA ORGANIZAÇÃO

## Art. 4°. -

São órgãos do COMAD:

- I Plenário;
- II Presidência:
- III Secretaria-Executiva; e
- IV Comitê REMAD.

#### § 1° -

O Plenário, órgão máximo do COMAD, é constituído pela totalidade dos seus membros e será presidido pelo seu Presidente.

## § 2° -

A Secretaria-Executiva é dirigida por um Secretário-Executivo.

## § 3° -

O Comitê - REMAD, é constituído por 3 (três) membros, escolhidos pelo Plenário, por votação.

#### Art. 5°. -

O Presidente será nomeado de livre escolha do Prefeito dentre seus conselheiros efetivos em reunião ordinária e extraordinária do COMAD sendo necessário a nomeação do Presidente conste em pauta com conhecimento prévio dos conselheiros.

## Parágrafo único. -

O Presidente, nas suas ausências e impedimentos, será substituído pelo Secretário-Executivo e na ausência deste os Conselheiros escolherão um Presidente para reunião.

## Art. 6°. -

O Secretário-Executivo é indicado pelo Presidente dentre seus Conselheiros Titulares.

#### Parágrafo único. -

Em suas faltas ou impedimentos, o Secretário-Executivo será substituído por um Conselheiro designado pelo Presidente. Na falta dos Conselheiros Titulares que ocuparem o cargo de Presidente ou Secretário, os Conselheiros Suplentes não ocuparão necessariamente os cargos dos Conselheiros Titulares.

## Art. 7°. -

O mandato dos Conselheiros é de 2 (dois) anos, admitida a sua recondução, mais um mandato.

## § 1° -

No caso de perda ou desistência do mandato do titular, seu suplente o substitui automaticamente, até o final do biênio correspondente, na condição de Conselheiro Titular, devendo ser designado outro suplente para a ocupação de sua vaga.

§ 2° - Cabe ao Presidente solicitar a designação a que se refere o parágrafo anterior.

# Capítulo IV DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

#### Seção I -

#### DO PLENÁRIO

#### Art. 8°. -

No contexto das atividades inerentes à redução e prevenção da demanda de drogas, ao Plenário compete:

#### 1 -

atuar no sentido de concretizar os objetivos do COMAD;

#### II -

aprovar as propostas de programas, planos, regimento interno, assim como do REMAD e demais medidas a que se refere a Lei Municipal n°. 1302 de 26 de abril de 2007, inerente a criação do COMAD;

## III -

indicar os Conselheiros, a serem designados, para o exercício das funções de acompanhamento e avaliação da gestão do REMAD;

#### IV -

aprovar a proposta orçamentária e os planos anuais de aplicação dos recursos - REMAD, elaborados pelo Comitê - REMAD, assim como aprovar a destinação desses recursos;

#### **V** -

referendar a avaliação do Comitê - REMAD sobre a gestão dos recursos - REMAD, elaborando relatórios periódicos sobre a sua aplicação, providenciando seu envio ao Prefeito e à Câmara Municipal; e

#### VI -

remeter cópia da aprovação da proposta orçamentária, dos planos anuais de aplicação dos recursos - REMAD e do correspondente relatório periódico à SENAD e CONEN.

# Seção II -

# DA PRESIDÊNCIA

## Art. 9°. -

A Presidência, visando o desenvolvimento do PROMAD, compete estimular a mais ampla participação das instituições e entidades municipais, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município, dispostas a cooperar com o esforço municipal.

## Seção III -

#### DA SECRETARIA EXECUTIVA

## Art. 10 -

A Secretaria-Executiva, compete planejar, supervisionar e coordenar a execução das atividades de apoio técnico e administrativo necessários ao funcionamento do Conselho.

## Seção IV -

DO COMITÊ REMAD

#### Art. 11 -

Ao Comitê-REMAD compete:

1 -

elaborar a proposta orçamentária e os planos anuais de aplicação dos recursos - REMAD, submetendo-os à aprovação do Plenário; e

II -

acompanhar e avaliar a gestão do REMAD, mantendo o Plenário informado sobre os resultados correspondentes.

## Capítulo V -

## DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

# Seção I -

## DO PRESIDENTE

## Art. 12 - Ao Presidente compete:

I -

representar oficialmente o Conselho;

II -

convocar e presidir as reuniões do Conselho, dando execução às decisões correspondentes;

III -

estabelecer convênios e promover intercâmbio técnico- cultural-científico com órgãos do SENAD, com órgãos internacionais e com setores da administração pública relacionados ou especializados em drogas;

IV -

realizar e estimular a realização de estudos e pesquisas sobre temas de interesse do Conselho, promovendo a mais ampla divulgação dos mesmos;

**V** -

praticar os demais atos necessários ao cumprimento dos objetivos do COMAD; e

**VI -** cumprir e fazer cumprir este Regimento.

## Seção II -

## DO SECRETARIO-EXECUTIVO

## Art. 13 -

Ao Secretário-Executivo compete:

I -

substituir o presidente em suas funções e atividades, em suas ausências e impedimentos;

II -

secretariar as reuniões do Conselho, mantendo em ordem e em dia toda a documentação correspondente;

#### III -

auxiliar o presidente na execução das medidas propostas pelo Conselho;

## IV -

praticar os demais atos necessários ao cumprimento dos objetivos do Conselho.

## Seção III -

DOS MEMBROS

## Art. 14 -

Aos Conselheiros compete:

ı .

participar das reuniões do Conselho, com direito a voz e voto;

11 -

executar as tarefas que lhes forem atribuídas nos grupos especiais de trabalho, ou as que lhe forem individualmente solicitadas;

#### III -

elaborar propostas de programas, planos, regimento interno, assim como do REMAD e demais medidas relacionadas à Lei Municipal n° 1302 de 26 de abril de 2007, inerente a criação do COMAD;

## IV -

manter o setor que representa regularmente informado sobre as atividades e deliberações do Conselho;

#### **V** -

manter sigilo dos assuntos veiculados no Conselho, sempre que determinado pelo Plenário;

## VI -

convocar reuniões mediante subscrição dos membros.

# VII -

manter conduta ética compatível com as atividades do Conselho.

## Capítulo VI -

DO FUNCIONAMENTO

## Seção I -

DAS REUNIÕES PLENÁRIAS

# Art. 15 -

As reuniões ocorrerão:

۱-

As reuniões ordinárias ocorrerá mensalmente e as extraordinárias quando o seu Presidente e membros sentirem necessidade:

#### II -

As reuniões plenárias serão iniciadas em primeira convocação, com a presença da maioria simples e dos seus membros, em pleno gozo de seus direitos; E em segunda convocação com pelo menos 04 membros, 30. minutos após horário marcado para a reunião.

#### § 1° -

As reuniões ordinárias serão agendadas na primeira reunião ordinária do ano, sendo a pauta encaminhada por ofício e com antecedência de 07 (sete) dias.

## § 2° -

As reuniões extraordinárias serão comunicadas no prazo mínimo de 03 (três) dias.

#### III -

O não comparecimento dos membros em 3 reuniões ordinárias consecutivas implacará no seu desligamento e imediatamente será substituído através de ofício ao órgão que representa.

## Parágrafo único. -

Para os membros representantes da comunidade, além do desligamento do titular e do suplente, serão convocados os indicados pela entidade que houver sido classificado em segundo lugar em número de votos na eleição e assim subseqüentemente.

## Seção II -

## DA ORDEM DOS TRABALHOS

## ۱-

A ordenação dos trabalhos será desenvolvida de acordo com a metodologia do SENAD.

## Capítulo VII -

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

## Art. 16 -

O REMAD será gerido por uma Comissão composta por 3 membros, que se incumbirá da execução orçamentária e do cronograma físico-financeiro, referentes à proposta orçamentária anual aprovada pelo Plenário.

## Art. 17 -

A Comissão REMAD competirá gerir os recursos inerentes à este fundo, prestando contas mensais da sua aplicação ao Plenário.

## Parágrafo único. -

A comissão REMAD deverá prestar contas anualmente ao Poder Executivo e Legislativo Municipal.

# Art. 18 -

Os recursos financeiros do REMAD serão centralizados em conta especial, denominada "COMAD - REMAD".

#### Art. 19 -

Nenhuma despesa será efetuada sem a indicação e cobertura bastante de recurso disponível e os responsáveis prestarão contas de suas aplicações em prazo não superior a 30 (trinta) dias, procedendo-se automaticamente à tomada de contas se não as prestarem no prazo assinalado.

#### Art. 20 -

Todo ato de gestão financeira do REMAD será realizado por força de documento que comprove a operação, ficando registrado na contabilidade mediante classificação em conta adequada; tudo com o devido amparo nos requisitos procedimentais e de representatividade do Órgão Gestor.

## Art. 21 -

O REMAD será constituído com base nos recursos provenientes de dotações orçamentárias, assim como de doações financeiras de instituições, entidades e pessoas físicas; bem como da disponibilização ou doação de bens in natura.

#### Art. 22 -

Toda utilização de recursos provenientes do REMAD fica sujeita aos mesmos trâmites legais de comprovação e procedimentos a que se submetem os bens da União e os recursos orçamentários.

#### Art. 23 -

O REMAD será estruturado de acordo com as normas de contabilidade pública e auditoria estabelecidas pelo Governo, devendo ter sua programação aprovada na forma prevista pelo Decreto-Lei n° 1.754, de 31 de dezembro de 1979.

## Art. 24 -

O presente Regimento Interno só poderá ser modificado por proposta de, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho, ou por proposta da sua Presidência, referendada pela maioria absoluta dos conselheiros.

## Art. 25 -

Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário.

# Art. 26 -

Este Regimento Interno entrará em vigor na data da aprovação e publicada na Imprensa Oficial do Município.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

# **EVANDRO ANTONIO BAZZO**

# PREFEITO MUNICIPAL